

A ANÁLISE BIBLIOLÓGICA COMO CONDIÇÃO PRELIMINAR PARA PROCESSOS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

*Bibliological analysis as a preliminary condition
for conservation and restoration processes*

Ana Virgínia Pinheiro¹ 

RESUMO

O presente artigo propõe a formalização da análise bibliológica como condição preliminar para processos de conservação e restauro, nas políticas de preservação de instituições de guarda de acervos bibliográficos de memória. Conceitua a análise bibliológica como o exame descritivo do estado da arte do item, no contexto da Biblioteconomia de Livros Raros, ou seja, a enumeração dos elementos originais e adquiridos, pelo suporte e pelo texto, e das condições que compõem sua materialidade (marcas do iter), no momento imediatamente anterior ao de sofrer intervenções, das mais elementares às mais invasivas. Além disso, sugere a inclusão, no relatório técnico gerado, de registros da pesquisa biobibliográfica, que podem apontar aspectos de raridade, reordenar elementos e justificar a manutenção de aparentes defeitos, assim como a supressão ou substituição de intervenções passadas incompatíveis ou desacertadas. Conclui-se reiterando que a análise bibliológica se configura como um instrumento de comprometimento do gestor da coleção com os processos de conservação e restauro, além de referência para o conservador e o restaurador, por personalizar o exemplar a ser preservado. Em ambos os casos, a análise bibliológica é

¹ Sócia honorária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e diretora de sua biblioteca. Bibliotecária aposentada da Biblioteca Nacional (1982-2020), onde atuou por 16 anos como chefe e curadora de obras raras. Professora aposentada da Escola de Biblioteconomia da UNIRIO (1987-2023), onde lecionou, principalmente, "História do Livro e das Bibliotecas". É mestre em Administração Pública (FGV/EBAPE) e compõe grupos de estudos e pesquisas, como o Grupo de Estudos Interdisciplinares da Raridade Bibliográfica (GEIRD/Bahia), a Confraria da Conservação e Restauração em Suporte Papel e Afins e o Grupo de Pesquisa em Crítica Textual da BN. Dedica-se à mentoria de projetos sobre memória bibliográfica e documental e à difusão e à avaliação do livro raro.

apresentada como instrumento que justifica a seleção para preservação e a tomada de decisões nos processos científicos decorrentes.

PALAVRAS-CHAVE: Análise bibliológica. Bibliologia. Biblioteconomia de Livros Raros. Preservação de livros raros. Gestão de coleções bibliográficas especiais.

ABSTRACT

This article proposes the formalization of bibliological analysis as a preliminary condition for conservation and restoration processes, in the preservation policies of institutions that hold bibliographic memory collections. It conceptualizes bibliological analysis in Rare Book Librarianship as the involvement exam to describe the item's state, noting its original and acquired elements, and assessing its material condition (iter marks) before any interventions, even from the most elementary to the most invasive. In addition, it suggests the inclusion, in the technical report generated, of records of bio-bibliographic research, which can point out aspects of rarity, reorder elements, and justify the maintenance of apparent defects, as well as the suppression or replacement of incompatible or unsuccessful past interventions. It concludes by reiterating that bibliological analysis is configured as an instrument of commitment of the collection manager to the conservation and restoration processes; and a reference for the conservator and restorer, because it personalizes the specimen to be preserved. In both cases, bibliological analysis is presented as the instrument that justifies the selection for preservation and decision-making in the resulting scientific processes.

KEYWORDS: Bibliological Analysis. Bibliology. Rare Book Librarianship. Rare Books Preservation. Special Bibliographic Collections Management.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo propõe a formalização da análise bibliológica como condição preliminar para processos de conservação e restauro, alicerçada em recomendações técnicas e princípios, no âmbito da Biblioteconomia de Livros Raros.

Entende-se que não é admissível que o bibliotecário, enquanto curador de acervos bibliográficos de memória, encaminhe itens para processos de conservação e restauro às cegas, sem um termo de encaminhamento que apresente a descrição material e intelectual do item, ou sem acompanhar, passo a passo, os procedimentos, na condição de corresponsável pela longevidade do exemplar.

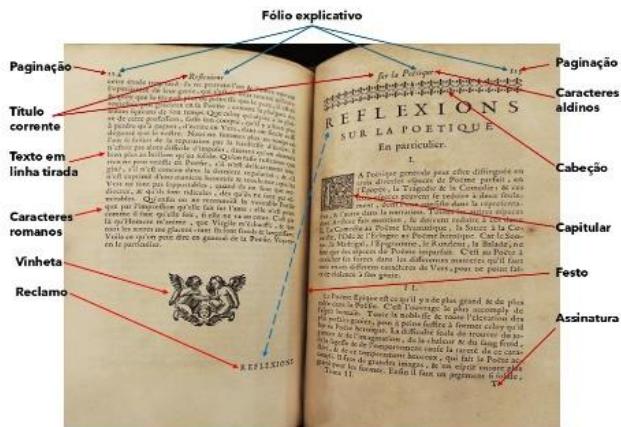
Toda e qualquer intervenção na materialidade de um item, implementada por um restaurador técnica e cientificamente habilitado, deve pressupor sua descrição minuciosa, um exame descriptivo de seu estado da arte, de sua raridade e importância, de seu caráter de unicidade, dos vestígios do quão precioso foi para quem o possuiu, de modo a estabelecer o necessário diálogo transdisciplinar entre bibliotecário e conservador-restaurador sobre a obra e o exemplar em processo.

2 ASPECTOS CONSIDERÁVEIS

A análise bibliológica, como atividade desenvolvida no contexto da Biblioteconomia de Livros Raros, é o exame da organização material do item, para descrevê-lo como monumento, a partir de terminologia específica, uniformizada e consistente (cf. Peignot, 1802-1804; Rouveyre, 1879; Arlia, 1892; Buonocore, 1952; Porta, 1958; Houaiss, 1983; Pinheiro, 1995; Faria; Pericão, 2008). Implica o colacionamento exaustivo do item, folha a folha, página por página, conferindo reclamos e assinaturas, para ressaltar as características materiais que atribuem importância à edição e às marcas do tempo, personalizando o exemplar.

Vale esclarecer que reclamo é a palavra, sílaba ou trecho de palavra colocado após o texto de uma página, junto à margem inferior direita, indicando a primeira palavra impressa da página seguinte; era usado para facilitar a alçagem, a ordenação dos cadernos de um volume pelo encadernador (Buonocore, 1952, p. 184; Porta, 1958, p. 14, 347-348). Já a assinatura ou assinatura tipográfica é o indicativo que ocorre na primeira página de cada caderno, como “termo de referência [...] para a dobragem das folhas, o agrupamento dos cadernos” (Houaiss, 1983, p. 51), também para uso do encadernador (Buonocore, 1952, p. 191; Porta, 1958, p. 30). Estes dois elementos da anatomia do livro (Figura 1), originalmente empregados como sinaléticas do trabalho do encadernador, são fontes de informação sobre a ordem do livro antigo. Por este e outros elementos, a análise bibliológica, por meio de análise e síntese, é a descrição iconológica e materialística do livro (Pinheiro, 2021, p. 241).

Figura 1 – Anatomia do livro (parte)



Fonte: acervo da Divisão de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional (FBN)

Um livro antigo é aquele impresso/editado “antes de 1801” (International Federation of Library Associations and Institutions, 1985, p. 1) e “antes da introdução da máquina impressora do século dezanove; [e] inclui os que são publicados para venda bem como os que são publicados em pequeno número ou mesmo em exemplar único para distribuição limitada ou privada” (International Federation of Library Associations and Institutions, 2012, p. 342).

O primeiro grupo abrange todo o universo editorial dos séculos XV ao XVIII; já o segundo, que pode ser parte do primeiro, arrola edições especiais, identificadas por sua materialidade e publicadas em qualquer tempo. Em ambos os casos, trata-se do livro colecionável que compõe coleções de livros raros e especiais.

O livro de coleção especial, “raro, único ou precioso” (Pinheiro, 1989), “impõe sua dimensão de objeto e requer ênfase para esse aspecto, isto é, uma abordagem mais focada no propósito que no processo catalográfico” (Pinheiro, 2022, p. 94).

A descrição física de um livro antigo, além de incluir elementos tipográficos e artísticos impressos e gravados, destaca outros elementos fixados no suporte, como marcas de colecionismo, de leitura, de censura e do tempo – marcas que mantêm ou que perderam suas finalidades, que testemunham o *iter* de exemplares ou práticas que, atualmente, podem ser reconhecidas como danosas.

O exame de um item, página por página, seu colacionamento, possibilita a verificação do formato tipográfico do livro antigo, isto é, "do número de folhas que compõem cada caderno, resultante do modo como a folha impressa foi dobrada" (Pinheiro, 2022, p. 59), expondo a sequenciação das faces de papel ou páginas que compõem o caderno, suas falhas, incompletudes, inserções; e gerando tamanhos definidos pelas dobras no papel artesanal, tais como o formato *in folio*, *in quarto*, *in oitavo* e outros. O exame envolve, também, "a inventariação do livro, dando prova de sua existência, [...] apontando diferenças entre exemplares e, principalmente, destacando particularidades que individualizem o exemplar em mãos" (Pinheiro, 2022, p. 61).

O ato de colacionar reitera o sentido do que, em Biblioteconomia, é designado como *colação*, ou seja, "o espaço dedicado à descrição física de um documento a ser catalogado e inclui dados como: número de páginas ou volumes, ilustrações, formato e material que acompanha a publicação, se houver" (Santos; Ribeiro, 2012, p. 70). Quando o colacionamento é de um livro antigo, qualificado como raro, único ou precioso, esses dados catalográficos não são suficientes; devem incluir, além de "tudo o que diz respeito à anatomia do livro" (Pinheiro, 2015, p. 37), as marcas de mão alheia impostas ao item, como encadernações, anotações manuscritas, expurgos, rasuras, vandalismo, marcas da propriedade e de posse.

A análise bibliológica é a informação que distingue o item em mãos, dando testemunho do *iter*, o itinerário que cumpriu, os lugares onde esteve, as mãos que o possuíram, desde sua impressão até o momento em que é colacionado, particularizando sua história, o que contribui, por exemplo, para a percepção da qualidade da edição e do modo de apreensão da obra à luz de sua época.

Pelas informações que consolida, a análise bibliológica subsidia procedimentos técnicos que geram registros documentários, como catalogação, microfilmagem e digitalização; podendo também abranger ações invasivas, como a restauração; além de outros voltados à produção de instrumentos especiais de pesquisa, como estudos bibliográficos focados na exemplaridade – qualidade pressuposta em todos os itens de uma mesma tiragem, mas que não se aplica a livros antigos, produzidos em uma época

em que o impressor podia realizar alterações de conteúdo e forma ao longo do processo de impressão, resultando em exemplares distintos, designados como “variantes”.

Para que a análise bibliológica se efetive, o bibliotecário precisa dominar a terminologia que se aplica à descrição do livro antigo, além de conhecer suas características materiais e ser capaz de descrevê-las, à luz dessa mesma terminologia. Evidentemente, a análise bibliológica pressupõe a experiência no trato com livros antigos; e é esta experiência cotidiana que tornará o bibliotecário apto a observar características como:

- Textura, cor e odor;
- Tintas de impressão e de escrita;
- Tipos, signos tipográfico-bibliológicos e sinais caligráficos;
- Ilustrações: xilogravuras, gravuras em metal, litogravuras, gravuras coloridas a mão;
- Marcas de leitura típicas de épocas e sinais de uso (pingos de tinta, amassos);
- Marcas de envelhecimento natural e sujidades (migração de tinta, desbotamento, corte superior mais escuro);
- Capas e encadernações de época e em estilo de época (flexível, capa dura, pranchas de madeira, cobertura em pergaminho reaproveitado);
- Supressões, inclusões, retificações – visíveis e disfarçadas.

O bibliotecário precisa ver e tocar o livro antigo, porque “as ações simultâneas de ver e tocar provocam diversas interpretações sobre os modos como o livro antigo patenteia determinada informação [...] , como um quebra-cabeça infindo (Pinheiro, 2021, p. 239).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: OS PRINCÍPIOS DA ANÁLISE BIBLIOLÓGICA

Para demonstrar a necessidade da análise bibliológica, como condição preliminar para processos de conservação e restauro, foram eleitos e propostos alguns princípios, que podem fundamentar a tomada de decisão pelo curador de acervos bibliográficos de

memória, otimizando seu olhar crítico, em favor do livro antigo, antes de desencadear aqueles processos.

Os princípios ora propostos foram delineados para nortear o processo analítico de livros antigos, a partir das boas práticas da Biblioteconomia de Livros Raros e de referenciais teóricos da Preservação e da História do Livro e das Bibliotecas. Eles não obedecem a uma ordem específica, não concorrem entre si, nem se impõem como prioridades: são os princípios da exemplaridade, da completude (ou incompletude), da idealidade, da “restauração como mal necessário” e da “morte digna”.

3.1 Princípio da exemplaridade

Esse princípio, proposto a partir da experiência prática da análise bibliológica, considera que nem todos os exemplares são iguais, no universo do livro antigo.

Um exemplar é regularmente identificado como cada uma das cópias impressas de uma mesma edição (Buonocore, 1952, p. 111, tradução nossa; Faria; Pericão, 2008, p. 318-319). O conceito leva à inferência de que os exemplares, como cópias, são idênticos – porém, nem todos são.

Os exemplares, tidos como iguais, podem apresentar diferenças relevantes entre si, configurando-se como emissões, quando parte dos exemplares de uma mesma edição apresenta alterações no texto, intencionais ou não, produzidas no decorrer da mesma ou de nova impressão (Gaskell, 1999, p. 394, tradução nossa); ou ainda como contrafações, quando uma edição, feita sem autorização do editor ou do autor, imita de tal maneira a edição autorizada que se torna impossível distingui-la da original.

Os exemplares tidos como iguais, com alterações de conteúdo, levam ao reconhecimento de “exemplares variantes”. Essa variância é física e resulta de alterações que afetam a paginação, a disposição do texto, erros de impressão, substituição de imagens, alteração da ordem de elementos imagéticos, entre outras.

Os exemplares considerados iguais, mas de origens distintas – sendo uma delas não autorizada –, embora tragam a marca do impressor original e tenham circulado como se fossem produto de sua oficina, são designados como contrafações. Essa

variância é de ordem física, mas não evidente; torna-se perceptível em detalhes como o tamanho da letra impressa, a textura do suporte ou o defeito de um tipo.

Tanto na emissão quanto na contrafação, os exemplares apresentam todas as características materiais de seu tempo, sendo publicações autênticas do século em que foram impressas e, por isso, é difícil a distinção entre original, emissão e contrafação.

A contribuição da análise bibliológica para verificação da exemplaridade é o relatório diagramático gerado, “com o plano estrutural do livro e sua composição, [...] restringindo-se à topografia dos fólios e cadernos” (Pinheiro, 2021, p. 242). Porém, evidenciaria a diferença entre os que parecem iguais e identificaria o exemplar “único” entre semelhantes e que, teoricamente, mais se aproximaria da condição de original.

O princípio da exemplaridade não se limita à similaridade resultante do trabalho de produção do livro, porque se complementa com o princípio da completude (ou incompletude).

3.2 Princípio da completude (ou incompletude)

Esse princípio ratifica a ideia de que a incompletude é da natureza do livro antigo e cada exemplar pode apresentar diferentes níveis ou graus de imperfeição, em face do uso ou da falta de uso.

Ora, um fundamento dos processos bibliográficos de descrição, consagrado em normas internacionais, é a catalogação do item completo. Mesmo que não se tenha evidências da extensão original de um item, a busca pelo exemplar completo, para constituir referencial para todos os demais exemplares, é condição do trabalho bibliográfico. Quando a descrição se limita ao exemplar em mãos, sem a necessária pesquisa e recuperação dos dados de um exemplar completo, “assume-se que a descrição elaborada pode não se aplicar a todos os exemplares da mesma edição, tiragem ou variante (física)” (International Federation of Library Associations and Institutions, 2012, p. 30).

No entanto, é razoável suspeitar da originalidade de livros com 300 ou 500 anos que se apresentem íntegros, sem falhas ou imperfeições, pois o tempo inevitavelmente

deixa marcas de envelhecimento nos suportes. Essas marcas podem se manifestar pela ausência de segmentos originais – perdidos, retirados ou apagados –, ou pela inserção definitiva de elementos extratextuais (páginas impressas, gravuras, folhas em branco, componentes em formatos diversos, entre outros). Diante da escassez de exemplares reconhecidos como completos e que sirvam de referência, tais intervenções podem criar a ilusão de completude ou, ao contrário, evidenciar uma incompletude provocada – como no caso da censura.

A completude de uma **obra** se verifica por meio da análise bibliológica associada à consideração da história da impressão, do discurso imagético, da pesquisa biobibliográfica, e do conhecimento do teor do texto tido como autêntico, à luz do reconhecimento de edições que colocaram em dúvida essa autenticidade.

Já a verificação da completude de um **exemplar** é bem mais complexa,

porque os múltiplos exemplares de uma edição podem apresentar diferentes estados. Por exemplo, considerando o trabalho artesanal nas edições publicadas até o início do século XIX, podem ocorrer exemplares em ótima resolução e outros não tão nítidos, em função do desgaste dos tipos pelo uso repetido, embora, em princípio, o teor seja igual. Quando isto acontece, a Bibliofilia tende a validar como ‘mais completos’ os exemplares mais nítidos, das primeiras tiragens (Pinheiro, 2015, p. 36).

É importante ressaltar que a completude do livro antigo é um dos critérios de raridade mais evidenciados e valorizados.

A análise bibliológica, nesse contexto, tem papel estratégico na verificação da completude (ou incompletude) de um exemplar, gerando um relatório analítico, “com a descrição de seu caráter orgânico, substancial” (Pinheiro, 2021, p. 242), que considera os elementos da estrutura do livro, como o suporte da escrita, a capa, a iconografia da mancha de texto, a ornamentação. Assim, sublinha-se a apresentação física do exemplar, de modo que o relatório emitido seja referencial para comparação entre o exemplar descrito e outros que venham a ser recuperados.

3.3 Princípio da idealidade

Esse princípio afirma a prevalência de exemplar mais perfeito, baseada na ideia de que o exemplar (totalmente) perfeito não existe.

A busca pelo exemplar ideal, por ser perfeito, pode levar ao encontro de exemplares que se aproximam desse conceito, de forma original ou artificial, a partir de práticas consagradas na Bibliofilia.

Esse princípio evoluiu do critério de idealidade, atribuído aos colecionadores “aficionados de objetos” por Umberto Eco (2014, p. 61), que determina que “o exemplar [...] torna-se tanto mais apetecível quanto menos apresentar sinais de uso”.

Mas, o que atribuiria o caráter ideal de perfeição ao exemplar de uma obra? Em princípio, a incolumidade dos suportes e sua integralidade, enfatizando certa preponderância da forma sobre o conteúdo, a partir de inquestionável pressuposto de autenticidade da obra.

No entanto, assim como o princípio da completude (ou incompletude) pondera sobre os efeitos do tempo no suporte, e o princípio da exemplaridade releva as diferenças de conteúdo entre exemplares, como decorrentes de circunstâncias admissíveis da história dos livros, o princípio da idealidade se reconhece, ele mesmo, como idealizado, que só se realiza na vontade do bibliófilo, que anseia por encontrar esse tesouro de perfeição, até então, intocado.

Na prática, como “o conceito de cópia ideal se modifica segundo as próprias vicissitudes dos exemplares sobreviventes” (Eco, 2014, p. 63), o exemplar mais perfeito é admitido como ideal, até ser substituído por outro, que o supere nessa condição.

O caráter relativo desse princípio não invalida sua importância, porque é a perfeição da materialidade que garante (ou deveria garantir) a circulação de informações registradas sem a dúvida de sua autenticidade.

Entretanto, exemplares aparentemente perfeitos podem ser híbridos, manipulados, completados ou, segundo Borba de Moraes (1998, p. 87), “medicados” – prática que aponta como “comum” entre bibliófilos, de substituição de páginas imperfeitas por outras extraídas ou reproduzidas de outro exemplar. Essa prática vai mais além, com o branqueamento de folhas e a restauração desnecessária de segmentos de

páginas e encadernações, para atribuir ao exemplar a aparência de perfeito, desde que garantido o disfarce dessas intervenções.

É possível que essa prática de “construção” do exemplar ideal, perfeito, denunciada por Borba de Moraes (1998), tenha se respaldado na teoria do arquiteto e restaurador francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), sobre a restauração como prática que reconduziria um item a um estado ideal de completude que nunca teve. Essa teoria foi repudiada pelo arquiteto italiano e teórico da restauração Camilo Boito (1836-1914), considerado precursor das teorias de restauração ora praticadas, em conferência na Exposição de Turim, em 1884:

Quanto mais bem for conduzida a restauração, mais a mentira vence insidiosa e o engano, triunfante. Que diriam os senhores de um antiquário que, tendo descoberto, digamos, um novo manuscrito de Dante ou de Petrarca, incompleto e em grande parte ilegível, se propusesse a completar, de sua cabeça, astutamente, sabiamente, as lacunas, de modo que não fosse mais possível distinguir o original dos acréscimos? Não maldiriam a habilidade suprema desse falsário” (Boito, 2002, p. 58).

A prática descrita por Borba de Moraes, à luz da ponderação de Boito, evidencia o falseamento de um exemplar pelo disfarce da intervenção, diante da certeza de que “um exemplar ‘medicado’ é sempre menos valioso” (Borba de Moraes, 1998, p. 87). Talvez Borba de Moraes tenha se referido ao valor de mercado de livros raros, no contexto da Bibliofilia, já que, de fato, um exemplar “medicado” é desconceituado em seu valor de memória para alcançar a condição de ideal, na medida em que não dá mais testemunho do *iter* que, um dia, o particularizou.

Os princípios da exemplaridade, da completude (ou incompletude) e da idealidade se complementam em favor da preservação do *iter* dos exemplares, favorecendo o reconhecimento de potenciais diferenças entre itens configurados como iguais, a aceitação de que as perdas decorrentes dos efeitos do tempo são “naturais; e a certeza de que o exemplar perfeito não existe.

De fato, esses três princípios sustentam o conceito de exemplar 1 – aquele que será eleito, na biblioteca, como o mais original, mais completo e mais perfeito e, por isso,

objeto de ações de preservação – embora, no caso de variantes, na maioria das vezes, não se consiga definir apenas um exemplar para concentrar tais ações.

Na História do Livro e das Bibliotecas e de acordo com as boas práticas, o exemplar 1 é aquele que não falta, que sempre estará na biblioteca, que não sai da biblioteca – salvo em situações de excepcionalidade, como empréstimos especiais. Nesse sentido, “é o que garante ao pesquisador, que localiza determinada obra no catálogo da biblioteca, que sempre haverá um exemplar disponível para consulta” (Pinheiro, 2004, p. 18).

O exemplar 1 “será sempre aquele em melhor estado ou cuja proveniência é de maior relevância, em face a história da Biblioteca” (Pinheiro, 2004-2020) e é, desse modo, numerado para ser objeto de ações prioritárias e seletivas de preservação.

3.4 Princípio da “restauração como mal necessário”

Esse princípio se sustenta nas ideias de Camillo Boito, que comparou a restauração com uma cirurgia de risco:

A arte do restaurador, volto a dizê-lo, é como a do cirurgião. Seria melhor (quem não o vê?) que o frágil corpo humano não precisasse dos auxílios cirúrgicos; mas nem todos creem que seja melhor ver morrer o parente ou o amigo do que fazer com que lhes seja amputado um dedo ou que usem uma perna de pau (Boito, 2002, p. 57).

Boito entendia a precedência da conservação sobre a restauração e que a conservação, uma obrigação de todos, tornaria a restauração desnecessária: “uma coisa é conservar, a outra é restaurar, ou melhor, com muita frequência uma é o contrário da outra” (Boito, 2002, p. 36).

O princípio da “restauração como mal necessário”, considerando as ideias de Boito, não nega ao livro a possibilidade de restauração, desde que isso o conduza à necessária condição de manuseio; mas, também, reconhece que a restauração pode afetar seu valor cultural.

Isso se evidencia com o desaparecimento de marcas erroneamente encaradas como defeitos, no processo de restauração. Marcas como “orelhas” na borda das páginas

e digitais fixadas às margens pela tinta da pena que o leitor usou para fazer anotações podem indicar trechos de leitura mais detida para apreensão do texto, em determinada época. Isso ocorreu, por exemplo, em um livro para médicos itinerantes do Brasil no século XIX, em que essas marcas sinalizam as doenças e os remédios mais recorrentes (Figura 2).

Figura 2 - As “orelhas” na borda das páginas, como marcas de leitura



Fonte: acervo da Divisão de Obras Raras da FBN

O quanto não se perderia com uma intervenção que planificasse as folhas?

É importante esclarecer que, no universo do livro antigo, raro e precioso, a restauração não é uma condição esperada ou tida, antecipadamente, como necessária. Daí, a importância da análise bibliológica preliminar, que pode desensombrar o *iter* de um exemplar, justificando ou não alguma intervenção em sua materialidade.

Ainda assim, quando há risco evidente de perda irremediável de informação, registrada em um suporte deteriorado, a restauração é factível, mesmo prejudicando a originalidade do item.

3.5 Princípio da “morte digna”

Esse princípio evoluiu de uma recomendação técnica de Lygia Guimarães, conservadora sênior do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao ser

indagada por esta autora, durante um seminário sobre preservação em 2006, a respeito do destino que se deveria dar a itens antigos fragmentados, blocados, em condições que impossibilitam o manuseio. A resposta, depois de breve discernimento, foi uma “morte digna” e a recomendação para o estabelecimento de uma reserva técnica dos livros com “morte anunciada”.

A resposta levou à formulação do princípio da “morte digna”, fundamentando a manutenção dos livros deteriorados, devidamente diagnosticados e acondicionados, em reserva técnica específica, formando uma coleção factícia, ou seja, um conjunto construído de forma artificial, nominado, por exemplo, como “Cemitério”.

A coleção “Cemitério” se constituiria, então, como um espaço de immobilização do livro fora de consulta, reduzido à condição de cativo (Arlía, 1892, p. 40), mas que não pode ser descartado, ainda, por causa de sua potencial raridade.

Os livros típicos do “Cemitério” são impressos em papel de pasta de madeira, suporte que substituiu o papel de trapos de linho ou algodão, no século XIX, barateando a edição de livros mas que, por sua fragilidade, condenou coleções inteiras a uma antecipada morte “natural” por autodestruição (Báez, 2006, p. 310-311).

Mais de 30% dos cerca de vinte milhões de livros e panfletos da Biblioteca do Congresso estadunidense estão fora de consulta, em estado crítico de conservação, e metade dos mais de cinco milhões de livros da Biblioteca Pública de Nova York estão “à beira da desintegração” (Hon, 1989 *apud* Báez, 2006, p. 311).

A coleção “Cemitério” também pode incluir obras impressas em papéis de trapo que não resistiram à ação do tempo, dos insetos e do homem e que, por se encontrarem extremamente deterioradas, assim como as edições em papel de pasta de madeira, são preservadas na esperança de que novas tecnologias de restauração transformem essa condição de “morte digna” em possibilidade de uso novamente.

4 RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

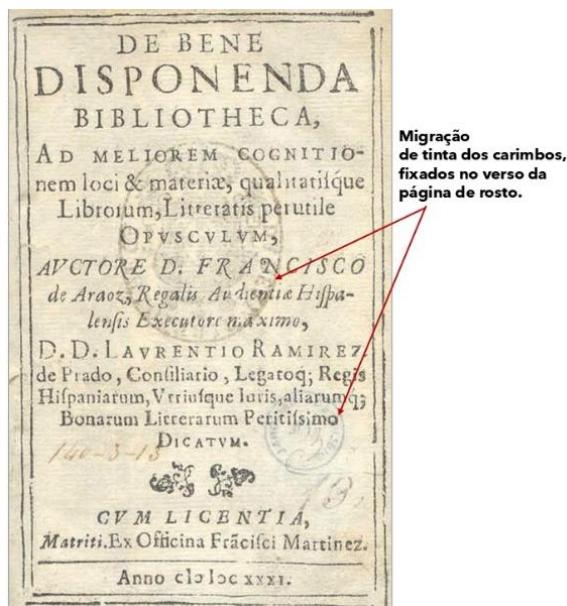
Relevando os aspectos consideráveis e os procedimentos metodológicos apresentados, com a intenção de impedir ou reduzir interferências materiais recentes,

que prejudiquem a análise bibliológica, é possível estabelecer algumas recomendações técnicas que, apesar de seu caráter arbitrário, evoluíram à luz da razoabilidade da guarda de itens antigos, raros e preciosos, e do compromisso com sua longevidade; a saber:

- Toda obra antiga, rara ou preciosa a ser submetida a processos de conservação definidos como necessários (restauração, microfilmagem, digitalização, encadernação) será analisada preliminarmente sob o ponto de vista da Biblioteconomia de Livros Raros (análise bibliológica e pesquisa biobibliográfica);
- A análise bibliológica não será desenvolvida sobre um exemplar de cada vez; mas, sim, sobre todos os exemplares ou itens tidos como exemplares da mesma obra, reunidos para exame simultâneo, possibilitando a comparação de materialidade e conteúdo e a identificação do exemplar completo ou mais completo e em melhor estado;
- O exemplar identificado como completo, mais completo e em melhor estado, no caso de múltiplos exemplares disponíveis, será eleito o exemplar 1, que será submetido aos processos necessários para a longevidade da obra (política do exemplar 1 *versus* custo-benefício);
- Os processos serão, sempre, acompanhados pelo bibliotecário de livros raros, apto a atender às demandas técnicas e científicas do conservador e a esclarecer expectativas da curadoria do acervo;
- Toda ação de restauro envolverá o máximo aproveitamento dos recursos originais do item (encadernações, acabamentos, guardas), além de marcas de *iter* (anotações manuscritas e marcas de propriedade), exceto se esses recursos e marcas apresentarem tais condições de deterioração que tornem inviável seu aproveitamento. Se a encadernação original não for reaproveitável, recomenda-se a adoção de um modelo padrão de encadernação muda (sem inscrições ou ornamentações);
- Toda e qualquer inscrição a ser feita num livro por necessidade, como as marcas de processos técnicos, será com lápis – recomenda-se o uso de lápis 6B e que se evite marcações com tintas. As tintas podem manchar, espalhar-se e migrar

para páginas opostas, tanto pelo excesso, no carimbo, quanto pela qualidade da tinta e do papel (Figura 3). É importante esclarecer que os papéis artesanais que dão suporte ao livro antigo, assim como a composição química das tintas utilizadas na carimbagem não são iguais, e que, por isso, o efeito de uniformidade esperado na imposição do carimbo entintado pode não acontecer. Além das marcas com tintas, as marcações que ocasionem cicatrizes nas texturas dos suportes também devem ser evitadas. A literatura de Biblioteconomia, pelo menos, desde os anos de 1970, já considerava os danos causados pela carimbagem e recomendava que "livros raros ou muito valiosos não devem ser carimbados, nem mesmo suas gravuras, pois isto lhes tiraria o valor" (Ferraz, 1972, p. 40). O valor referido não deve ser confundido com preço, nem o desuso de carimbos com falta de proteção, porque o valor dos livros raros, como foi visto, é determinado principalmente pela integridade de seus suportes; e o carimbo, como outras chancelas de propriedade que podem ter efeito menos adverso, é um recurso de apropriação, e não um mecanismo de segurança.

Figura 3 - Efeitos do carimbo entintado



Fonte: acervo da Divisão de Obras Raras da FBN

- Não é admissível o uso de etiquetas, irremediavelmente, associadas a fitas adesivas. Embora a prática se mantenha nas bibliotecas e ainda seja ensinada nos cursos de Biblioteconomia, a etiquetagem é condenada na literatura de Preservação, porque além das manchas ocasionadas pelo uso, os solventes empregados para a retirada das fitas adesivas são tóxicos e, sem os devidos cuidados, podem causar danos ao documento (British Library, 2009, p. 35);
- Nenhuma encadernação original, de época ou em estilo (Figura 4) comportará intervenções a título de “pequenos reparos”.

Figura 4 – Encadernação imperial



Fonte: acervo da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

- Todo livro conservado (avulso, com cinta, com cadarço, em invólucro aberto ou em embalagem fechada) deve ser armazenado em pé. Caso isso seja inviável, em função do espaço é admissível o armazenamento horizontal (deitado) ou, em último caso, na vertical, pela lombada, desde que temporariamente;
- Todos os registros gerados para descrição de livros são fontes de informação, tais como a ficha catalográfica com informações biobibliográficas, elaborada

pelo bibliotecário, e a ficha de desmonte ou mapa dos cadernos, com informações sobre o formato tipográfico (Figura 5), elaborada pelo restaurador.

Figura 5 – Ficha de desmonte do exemplar da “Cultura e opulência do Brasil”, (Antonil, 1711), restaurado em 1991

Fonte: acervo do Laboratório de Restauração da FBN

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise bibliológica, além de condição preliminar para processos de conservação e restauro, nas políticas de preservação de instituições de guarda de acervos bibliográficos de memória, é recurso fundamental para o estabelecimento de critérios para a seleção de itens a serem preservados.

O registro da análise bibliológica pode, por exemplo:

- Apontar aspectos de raridade;
- Reordenar elementos da anatomia do livro;
- Justificar a manutenção de qualidades e de aparentes defeitos;
- Localizar danos não evidentes;
- Sugerir a supressão ou substituição de intervenções passadas incompatíveis ou desacertadas;
- Evidenciar as intenções de editores, impressores, artistas, à luz de seu tempo;
- Comprovar falsidade ou autenticidade do item.

Nesse contexto, a análise bibliológica é um recurso de segurança, pois, por meio do registro de todas as informações intelectuais/literárias e materiais de cada exemplar, volume, tomo, parte de um livro antigo, caracteriza-se a sua individualidade – condição

essencial para identificar o exemplar possuído, garantir sua propriedade e ratificar (ou não) sua autenticidade.

A análise bibliológica se consolida com a pesquisa biobibliográfica, e, desse modo, complementa a descrição bibliográfica com informações que personalizam o item, caracterizando sua individualidade.

O relatório técnico diagramático e analítico gerado pela análise bibliológica, com registros das condições materiais do item e outros decorrentes da pesquisa biobibliográfica, é parte necessária do processo de seleção para conservação e restauro e condição para sua realização.

A análise bibliológica é (e deve ser) fonte de referência para o conservador e o restaurador sobre o limite de alcance e a responsabilidade de seu trabalho. Afinal, trata-se de um instrumento de comprometimento do gestor da coleção com os processos de conservação e restauro

A análise bibliológica, sob todos os aspectos, é um testemunho registrado da ação (ou inação) de todos aqueles que, de diferentes formas, interferiram e interferem na história de um livro.

REFERÊNCIAS

ARLÍA, C. **Dizionario bibliográfico**. Milano: U. Hoepli, 1892.

BÁEZ, F. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Tradução: Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BOITO, C. **Os restauradores**. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl e Paulo Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

BORBA DE MORAES, R. **O bibliófilo aprendiz**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros; Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1998.

BRITISH LIBRARY. National Preservation Office. **Preservação de documentos**: métodos de salvaguarda. Tradução: Zeny Duarte. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/38354/1/preservacao-de-documentos-3ed_repositorio.pdf. Acesso em: 6 jul. 2025.

BUONOCORE, D. **Vocabulario bibliográfico**. Santa Fe: Librería y Editorial Castellví, 1952.

FARIA, M. I; PERICÃO, M. G. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: Edusp, 2008.

FERRAZ, Wanda. **A biblioteca**. Rio de Janeiro: Freitas Basto; Brasília, DF: INL, 1972.

GASKELL, P. **Nueva introducción a la bibliografía material**. Asturias: Ediciones Trea, 1999.

HOUAIS, A. **Elementos de bibliologia**. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: INL/Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Descrição bibliográfica internacional normalizada (ISBD)**. Trad., rev. téc.: Rosa Maria Galvão, Margarida Lopes. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2012.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **ISBD(A)**: descrição bibliográfica internacional normalizada das monografias antigas. Tradução: Maria da Graça Pericão e Maria Isabel Faria. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1985.

PEIGNOT, G. **Dictionnaire raisonné de Bibliologie**. Paris: chez Villier, 1802-1804.

PINHEIRO, A. V. A análise bibliológica de clássicos do acervo da Biblioteca Nacional. In: MONIZ, F. F. S.; GUGGENBERGER, R. (org.). **Anais do I Seminário Externo NEC-FBN**. Rio de Janeiro: Publicações NEC-FBN, 2024. p. 10-39. Disponível em: <https://necfbn.wixsite.com/nec-fbn/obras-publicadas>. Acesso em: 20 abr. 2025.

PINHEIRO, A. V. **A ordem dos livros na biblioteca**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2022.

PINHEIRO, A. V. A retórica silenciosa do livro antigo. In: BARBOSA, S. (org.). **Da leitura e suas escrituras**: histórias sobre a história da leitura. Teresina: Elã, 2021. p. 236-258.

PINHEIRO, A. V. **Divisão de Obras Raras [da Fundação Biblioteca Nacional]**: passo-a-passo das atividades. Rio de Janeiro, 2004-2020. Datiloscrito.

PINHEIRO, A. V. Glossário de codicologia e documentação. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 115, p. 123-213, 1995 [lançado em 1998].

PINHEIRO, A. V. História, Memória e Patrimônio: convergências para o futuro dos acervos especiais. In: VIEIRA, B. V. G.; ALVES, A. P. M. (org.). **Acervos especiais: memórias e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 33-44.

PINHEIRO, A. V. **Que é livro raro?**: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1989.

PORTA, F. **Dicionário de artes gráficas**. Rio de Janeiro: Globo, 1958.

ROUVEYRE, E. **Connaissances nécessaires a un bibliophile**. 3. éd. Paris: Lib. Ancienne et Moderne, 1879.

SANTOS, G. C.; RIBEIRO, C. M. **Acrônimos, siglas e termos técnicos**: arquivística, biblioteconomia, documentação, informática. 2. ed. Campinas: Átomo, 2012.

FONTES DAS IMAGENS/ACERVOS

- Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB);
- Divisão de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional (FBN);
- Laboratório de Restauração Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

AGRADECIMENTOS

Agradeço as contribuições de Eduardo da Silva Alentejo, professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Maria Aparecida de Vries Mârsico, restauradora da Fundação Biblioteca Nacional (aposentada) e Suzane Garcia, bibliotecária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.

